

Diversidade Religiosa Brasileira

Rogério Oliveira Aguiar*

“Aos gurus da Índia, aos judeus da Palestina, aos índios da América Latina e aos brancos da África do Sul. O mundo é azul, qual é a cor do amor. O meu sangue é negro, branco, amarelo e vermelho.” (Cazuza)

Primórdios da religiosidade brasileira

A religiosidade brasileira, ao contrário do que muitas pessoas imaginam, não teve início com a chegada dos portugueses a terras brasileiras. Junto com os europeus, veio o cristianismo por meio do catolicismo, e também trouxeram consigo as doenças que foram fatais a grande parte dos povos indígenas, como sarampo, catapora, gripe, tuberculose, pneumonia e outras doenças contagiosas. Mas aqui existia um povo, considerado selvagem pelos estrangeiros, cujos integrantes tinham uma organização social e religiosa. Adoravam e veneravam seus deuses e os espíritos da mata, tinham seus ritos e crenças. A religião indígena foi a primeira a ser cultuada em solo brasileiro. Com a chegada do cristianismo durante o período de colonização, houve uma intenção por parte dos portugueses cristãos de catequizar os indígenas brasileiros, não respeitando a sua religiosidade; tentaram convertê-los ao cristianismo europeu. Antes de chegar a terras brasileiras, Portugal já era um país que liderava o comércio mundial de açúcar. Da Ilha da Madeira foi trazida para o Brasil a cana-de-açúcar, iniciando-se então o plantio da cana em terras brasileiras. O índio, que antes era um ser receptivo e amistoso,

passou a ser visto como mão-de-obra barata para o cultivo da cana no Brasil. Além da escravização do índio e do desmatamento das florestas brasileiras para extrair o pau-brasil, os portugueses exploravam da nova terra tudo o que podiam, com total desconsideração para com os que aqui viviam e tentando impor de forma violenta um sistema opressor europeu.

A mão-de-obra escrava indígena foi substituída parcialmente com a chegada dos povos escravizados da África. Milhões de negros/as africanos/as foram trazidos para o continente americano com o intuito de suprir a necessidade de mão-de-obra escrava na lavoura, na plantação de café e cana-de-açúcar. Porém, muitas vezes, quando faltava a mão-de-obra escrava negra, voltavam a escravizar os indígenas. Junto com esses negros/as vieram também a sua cultura e sua religiosidade, escondidas sob o medo e o terror ao qual eram submetidos. Muitos negros morriam no transporte da África para a América devido às condições precárias. Eram amontoados no porão dos navios sem nenhuma higiene ou condições de sobrevivência; os que morriam eram atirados ao mar como objetos sem valor. Os negros(as) eram batizados(as) e recebiam outro nome; os praticantes destas atitudes inescrupulo-

sas afirmavam que a sua captura e o ato do batismo forçado serviriam para salvar a alma dos escravizados(as). Foi com base nessa justificativa que os europeus sentiram-se à vontade para estender o seu domínio sobre os povos africanos.

O negro/a era considerado objeto de muito valor e de fácil comercialização. No início do tráfico atlântico de escravos, faziam-se trocas de negros por objetos como bebidas, armas, tecidos, cobre, chumbo, entre outras especiarias que países como Estados Unidos, Inglaterra, Portugal, França, Holanda e Brasil produziam com a finalidade de negociarem com o tráfico negreiro. A compra de africanos era feita por alguém com experiência neste ramo, pois havia muita trapaça. Os compradores exigiam que os negros mostrassem os dentes, a língua e até os genitais. Os que não eram considerados capazes de desempenhar as funções de escravo por ter alguma deficiência, pouca altura ou aparentar estarem doentes, eram rejeitados. Por se tratar de um objeto (segundo a concepção lusitana), não possuíam vontades e nem direitos. Religiosidade, então, era algo considerado incompreensível para o negro/a escravizado/a. O que os proprietários não sabiam é que os/as negros/as vindos da África traziam consigo suas crenças e mitos. E que esses mitos permaneceriam acesos no íntimo de cada um deles(as), passando de geração a geração de forma oral, conservando assim a crença e rito africano durante muito tempo. Assim como os indígenas, os negros vindos do continente africano viviam em tribos, mas também em reinos e impérios, como, por exemplo, Império Iorubá, Madinga, Songai, Mali, Dahomé, entre outros. Venera-

vam divindades ligadas a elementos da natureza. Mais tarde essas crenças em seres supremos e civilizatórios identificaram-se em alguns aspectos, dando origem a algumas religiões afro-brasileiras que conhecemos hoje.

A omissão por parte da igreja

A igreja, neste período, não fez nada contra as atrocidades que estavam sendo cometidas contra negros/as escravizados/as. Ela se manteve omissa e até justificou tais atitudes. Ao posicionar-se em favor dos índios, desde que fossem catequizados, induziu os portugueses ao tráfico de pessoas negras do continente africano. Na verdade, a coroa portuguesa não queria atrito com os índios porque eram profundos conhecedores das matas e se tornariam excelentes aliados dos portugueses contra os invasores holandeses e franceses que também entravam em terras ditas portuguesas para saquearem as riquezas brasileiras. A Igreja Cristã foi conivente com os horrores praticados no período da escravidão simplesmente mantendo-se a favor de interesses políticos e econômicos dos países capitalistas europeus.

Os jesuítas lutavam contra a escravidão indígena, mas nada faziam contra a escravidão das pessoas negras. Acredita-se que os índios aceitavam a catequização de forma menos agressiva que os negros/as. O papa Paulo III proibiu a escravização de indígenas, porém esses só deixaram de ser escravizados após a compra de africanos/as. Portanto, os índios só deixaram de ser escravizados depois que passaram a existir condições para a compra de negros e negras da África.

A chegada do protestantismo ao Brasil e a suposta liberdade de culto

Com a chegada dos primeiros protestantes a solo brasileiro, por volta de 1810, os brasileiros foram confrontados com cristãos que professavam a sua fé em moldes diferentes do catolicismo brasileiro. Os protestantes não eram bem-vindos por aqui, mas a presença deles foi algo imposto pela Inglaterra para que houvesse um comércio fluente entre a colônia brasileira e os britânicos. Os protestantes anglicanos realizavam os seus cultos em navios ou residências. Não eram permitidas casas com arquitetura de templos religiosos. Alguns anos mais tarde (1824), iniciou-se o chamado protestantismo de imigração; eram europeus, principalmente suíços, alemães e austríacos, que vieram em busca de terras para o cultivo. Essa mão-de-obra seria a futura substituição da mão-de-obra escrava. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. E isso só aconteceu devido a pressões internacionais, principalmente da Inglaterra, que necessitava de um mercado consumidor de seus produtos. Os negros/as escravizados/as não eram consumidores, pois não recebiam salário. Essa foi a idéia principal que resultou na vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, com a promessa de que aqui teriam terras para trabalhar e liberdade para professar a sua fé.

Às pessoas negras escravizadas nunca foi permitido o direito de culto, nem ao menos alguma expressão de fé na sua religião trazida da África. Para não deixarem a sua cultura religiosa morrer, os negros/as escravizados/as buscavam nas imagens das santas e santos católicos personagens que se identificassem,

através de atributos, aos orixás e divindades africanas. Sobre isso falaremos a seguir.

As igrejas protestantes do período colonial, assim como a Igreja Romana, nada fizeram em favor dos povos africanos escravizados. Existem relatos de pastores protestantes e padres jesuítas e franciscanos que possuíam escravos, como também os comercializavam. O protestantismo, que para o negro e a negra brasileiros poderia ser uma proposta libertadora através do Cristo crucificado, converteu-se em apenas mais uma religião branca e opressora.

Liberdade de culto para quem?

Após a proclamação da República, as igrejas protestantes puderam construir os seus templos e celebrar publicamente os seus cultos. Isso passou a ser algo garantido pelo Estado brasileiro, agora republicano. A igreja Romana não era mais a igreja oficial do Estado, apesar do Brasil continuar sendo um país de maioria católica. Os protestantes, antes vítimas de restrições, agora poderiam usufruir a sua liberdade de culto. E os negros/as? Por que não foram contemplados com essa determinação do Estado? Simples. Os imigrantes protestantes eram considerados, no início, cidadãos de segunda categoria. Os negros/as brasileiros, por sua vez, nem eram considerados/as pessoas, muito menos cidadãos. Tinham a sua religiosidade ignorada, quando não era atribuída às seitas demoníacas.

Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, os negros e as negras ainda eram considerados objetos, tinham a sua identidade negada e os seus costumes ridicularizados pela sociedade da época.

O preconceito e a discriminação eram praticados de forma aberta e covarde. Eram negros/as livres, porém entregues à própria sorte, sem amparo e sem o devido reconhecimento por sua contribuição para a economia da nação durante quase três séculos. “O povo negro, ao longo da história, foi marginalizado, e foram esquecidas as contribuições dele para o desenvolvimento do país”. Isso, sem dúvida, são páginas vergonhosas da nossa história que jamais serão apagadas. Aos negros(as) não foi permitido nem mesmo o direito de cultivar as suas divindades através da sua religião africana. Mas foi através da determinação e da perseverança que os afro-brasileiros, por meio da sua religiosidade, puderam reconstruir a sua identidade tão desprezada pela elite branca da época.

A idéia de trazer imigrantes europeus para o Brasil, com o intuito de “clarear” totalmente a população, não funcionou. Hoje, o que podemos observar é uma nação diversificada tanto no contexto étnico/cultural quanto no campo da religiosidade. A pluralidade religiosa brasileira é a mais diversificada do mundo. O nosso país tem a segunda maior população negra do planeta, perdendo apenas para a Nigéria.

As religiões de matriz-africana, mesmo sufocadas durante muito tempo, resistiram às pressões usando do sincretismo para não se estagnarem. Exemplo disso são as semelhanças entre divindades das religiões afro-brasileiras e os santos católicos. Só assim foi possível resistir às perseguições constantes aos sacerdotes da religião africana, os pais e mães-de-santo. Somente em 1988, com a aprovação na Constituição Federal brasileira do parágrafo 1º do art. 215, embasamen-

to jurídico para a realização oficial de suas celebrações, especificando que a cultura afro-brasileira passou a ter condições favoráveis para sua atuação e seu reconhecimento como instituição religiosa. A partir daí começariam a usufruir o direito negado há tanto tempo.

O culto aos orixás passou a ocupar dimensões nem imaginadas; o público anteriormente constituído apenas por negros/as agora abrange todas as etnias e classes sociais. Na cidade de São Leopoldo/RS, por exemplo, é possível encontrarmos sacerdotes da Umbanda descendentes de germânicos e italianos. Apenas como exemplo, para termos uma idéia da abrangência desses rituais pelo mundo, em especial no hemisfério norte, podemos citar o culto a Iemanjá nos EUA, que é fruto de uma imigração de cubanos que levaram consigo o culto aos orixás, em especial “a Iemanjá, rainha do mar”. Isso após a revolução realizada por Fidel Castro em Cuba (1959), que, ao assumir o poder no país, proibiu os rituais afros. Não se podiam bater os tambores nem realizar as festas anuais aos orixás. Assim, os cubanos que imigraram para Miami, EUA, levaram consigo a cultura e a religiosidade. Hoje, em diversas partes dos Estados Unidos ocorre o culto a Iemanjá, inclusive em Washington e Nova York, sendo realizado também por brasileiros/as que lá residem.

Qual a religião do povo brasileiro hoje?

Hoje é quase impossível dizer qual é a religião praticada pelo povo brasileiro. Na verdade, as religiões são influenciadas pelo contexto no qual estão inseridas. Houve uma transformação na vida religiosa do povo brasileiro. A liberdade de

culto garantida por lei foi benéfica e essencial para a transformação na mentalidade e comportamento dos brasileiros; os paradigmas preestabelecidos por uma nação racista e opressora, convertem-se pouco a pouco em sinais de transformação. A beleza da diversidade se faz quando o respeito mútuo perpassa a concepção do que acreditamos ser o certo ou errado. A religião deve gerar transformação e conscientização. Quando isso não acontece, é porque está se perpetuando o processo alienatório e discriminatório.

A diversidade religiosa brasileira alcançou tais dimensões graças, sobretudo, àqueles e aquelas que conservaram em seu interior o desejo de liberdade. A seguir apresento um dado muito interessante; acredito que poucas pessoas tinham conhecimento deste fato, no mínimo curioso. “No Rio Grande do Sul, enquanto o número de CTGS gira em torno de 1.500, o número de templos de cultos afro-brasileiros chega a 30 mil. No extremo sul do país encontra-se a maior população declaradamente adeptos da umbanda (1,1 % da população gaúcha), superando o estado do Rio de Janeiro com (0,89 % dos cariocas) e a Bahia. Isso segundo o Censo do IBGE 2000”. Observa-se que, em um estado onde a imigração européia ocorreu com maior intensidade, a cultura afro se fortificou e prevaleceu. A religiosidade dos negros/as resistiu, permanece firme e em constante crescimento. Hoje podemos encontrar negros/as nas mais diversas religiões e ramificações do cristianismo. Os afrodescendentes brasileiros estão encontrando os espaços que lhes foram negados durante muito tempo, nas igrejas e na sociedade. Ainda falta muito a ser conquistado, mas, assim como o povo negro

resistiu a tantas tribulações e tanto sofrimento, resistirá muito mais, e agora com luta, consciência e instrução. Esses são frutos de muitas batalhas realizadas ao longo da história e que vêm se convertendo em resultados positivos, graças, sobretudo, à capacidade de mobilização presente, também, no movimento negro brasileiro, que tem buscado, através de suas atividades, justiça social e condições de vida digna para todos e todas.

Nota

* Acadêmico do Curso de Bacharelado em Teologia.

Referências bibliográficas

- BARCELLOS, Maurílio Pereira. **América indígena: 500 anos de resistência e conquista**. São Paulo: Paulinas, 1999.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil, da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo. Brasiliense, 1980.
- DREHER, Martin Norberto. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- IWASHITA, Pedro. **Maria e Iemanjá: análise de um sincretismo**. São Paulo. Paulinas 1991.
- MAESTRI, Mário. **A servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SILVA, Marcos Rodrigues da. **O negro no Brasil: história e desafios**. São Paulo FTD, 1987.
- PADILHA, Günter. **Hermenêutica Bíblica negra e seus desafios**. In: Nash e Lopes. **Abrindo sulcos para uma teologia afro-americana e caribenha**. 2003. p. 110-130.
- KOCH, Ingelore Starke. **Brasil: outros 500. Protestantismo e resistência indígena, negra e popular**. São Leopoldo: Sinodal, COMIN, IEPG, 1999. p. 172-200.